

Intervenção Precoce de Massachusetts e Você.

Seu Aviso de Direitos de Família e Garantias de Procedimento

Como pai, você é o professor mais importante de sua criança.

Do momento em que você é indicado para a Intervenção Precoce até quando você deixa o programa, você é parte da equipe de sua criança, juntamente com a equipe da Intervenção Precoce. Como membro da equipe, você oferece informações que ajudam outros a entender o que é importante para sua família e o que você gostaria para sua criança. A equipe de Intervenção Precoce oferece treinamento e experiência para oferecer atividades que dão apoio ao desenvolvimento de sua criança.

Juntos, a equipe de Intervenção precoce, pais e outras pessoas escolhidas por você compõem a equipe do Plano de Serviços Familiares Individualizados (IFSP). A equipe de IFSP decide sobre o suporte, serviços e atividades que atingirão os resultados delineados para sua criança.

Os pais são membros com direitos iguais aos demais membros da equipe de IFSP. Toda criança e família que recebem Intervenção Precoce têm direitos e garantias (chamadas de garantias de procedimento) que protegem os interesses deles. As garantias de procedimento são importantes porque asseguram que as famílias tenham informações completas, tenham sua prioridade protegida e sejam consultados antes da realização de quaisquer atividades. Ter informações completas e compreensíveis ajuda as famílias a tomar decisões sobre como eles recebem os serviços.

A lei federal e o Departamento de Saúde Pública de Massachusetts (Department of Public Health) requerem garantias de procedimento e direitos dos pais na Intervenção Precoce. As leis federais para Intervenção Precoce são a Lei de Educação de Indivíduos com Incapacidades de 2004 (conhecida como IDEA) e a Lei de Privacidade e Direitos de Educação Familiar (FERPA). O Departamento de Saúde Pública (Department of Public Health) de Massachusetts é o órgão estadual que certifica programas para a prestação de serviços de Intervenção Precoce.

Estas são as etapas que o programa de Intervenção Precoce precisa tomar enquanto você recebe os serviços. Isto inclui a explicação de seus direitos, dar informações de uma forma que você entenda e respeitar você como pai pedindo sua permissão por escrito.

Este aviso é sobre os direitos de sua família e sobre garantias de procedimento. Você receberá este aviso pelo menos uma vez por ano. Dedique alguns minutos à sua leitura. A equipe de Intervenção Precoce terá prazer em responder qualquer pergunta. **Deixe uma mensagem com seu nome, telefone, idioma falado e um horário para ligar de volta nas próximas 24 horas** no telefone do Projeto Liderança de Pais (877-353-4757). Uma pessoa da equipe do Departamento providenciará um tradutor para a chamada de volta.



O Padrão Operacional de Intervenção Precoce de Massachusetts e o Padrão de Garantias de Procedimento e Devido Processo podem ser encontrados em <http://www.eiplp.org/familyrights.html>,

ou deixando uma mensagem para Mary Colorusso no telefone 1-877-353-4757 (Projeto Liderança de Pais) Departamento de Saúde Pública (Department of Public Health) de Massachusetts

Serviços de Intervenção Precoce

250 Washington Street

Boston, MA 02108

617-624-5060

TTY: (617) 624-5992

Serviços de Intervenção Precoce e Direitos de Família de Massachusetts

Estar informado – *Aviso antecipado por escrito/Idioma nativo*

É importante entender o que são os serviços de Intervenção Precoce e como eles funcionam. Informações por escrito são uma pela qual as famílias podem tomar decisões informadas sobre os serviços de Intervenção Precoce. Os programas de Intervenção Precoce precisam fornecer a você informações por escrito, antes de propor, alterar ou recusar qualquer serviço de Intervenção Precoce (por exemplo, concluir uma avaliação, alterar um serviço ou ter uma reunião IFSP). As informações por escrito precisam incluir a razão para a atividade proposta e precisam estar em seu idioma nativo ou em uma forma que você compreenda (usando um tradutor, Braille, linguagem de sinais ou explicando o aviso, se você preferir), a menos que seja claramente inviável fazer isso.

Dando permissão – *Consentimento do pai*

Os serviços de Intervenção Precoce são voluntários. O programa precisa pedir permissão por escrito (consentimento) para assegurar que você concorda com a atividade. O programa precisa responder qualquer pergunta que você tiver e explicar o que acontecerá se você não der consentimento. Os pais podem dar ou recusar consentimento para qualquer serviço de Intervenção Precoce, para ter o serviço pago por seu convênio médico e para liberar informações dos registros da criança. Um pai pode optar por consentir em alguns serviços e não em outros. Somente serão prestados os serviços para os quais você der consentimento. Os pais também têm direito de retirar o seu consentimento depois de tê-lo dado.

Privacidade e os registros de sua criança – *Sigilo*

O programa de Intervenção Precoce manterá um registro que inclui o Plano de Serviços Familiares Individualizados (IFSP), notas de progresso e outras informações que possam ajudar a desenvolver um IFSP. Estas informações são protegidas por uma lei federal conhecida como Lei de Privacidade e Direitos de Educação Familiar (FERPA). As informações são confidenciais (privadas) com algumas exceções que são permitidas pela lei estadual ou federal. Algumas dessas exceções incluem a liberação de informações para:

- O seu sistema escolar, se a sua criança se qualificar para serviços de educação especial na idade de três anos. O programa pode liberar seu nome, o nome de sua criança, a data de nascimento e o endereço. Você pode optar por não ter essas informações liberadas. O programa precisa pedir permissão por escrito (consentimento) para liberar qualquer informação dos registros de sua criança.
- Outros programas do Departamento de Saúde Pública (Department of Public Health), se houver uma emergência de saúde pública (como uma epidemia de uma doença contagiosa, por exemplo) ou para a investigação de questões relacionadas à saúde pública.
- O Departamento de Serviços Sociais (Department of Social Services), para relatos de abuso ou negligência e durante o período de 10 dias de investigação.
- A equipe do DPH ou a equipe do Ministério da Educação, que monitoram e fornecem fundos para os serviços de Intervenção Precoce.
- Cumprir determinações legais de um tribunal. O programa tentará contatá-lo antes da liberação das informações.

O Departamento de Saúde Pública (Department of Public Health) coleta informações sobre crianças que recebem serviços de Intervenção Precoce. As informações mostram crianças que se qualificam, tomam providências para pagamento e proporcionam uma forma do DPH avaliar e coordenar os serviços. As informações são transmitidas e armazenadas eletronicamente usando muitas das informações de segurança para proteger sua privacidade. Somente um número muito limitado de membros da equipe do DPH tem permissão para ver as informações. As informações que não identificam individualmente você ou sua criança podem ser usadas em relatórios para o legislativo estadual para o Ministério da Educação, para fins de fundos e monitoramento do programa. Você pode solicitar uma lista da equipe do DPH que trabalha com estas informações.

Periodicamente, especialmente quando você desenvolver ou revisar seu IFSP, o programa de Intervenção Precoce pode pedir para rever as informações de outros prestadores de serviços (por exemplo, do pediatra de sua criança ou

outros médicos). O programa precisa pedir permissão por escrito (consentimento) para liberar ou receber qualquer informação sobre sua criança ou sua família.

Prazos, procedimentos e padrões –

Os programas de Intervenção Precoce precisam seguir prazos e etapas enquanto você estiver no programa. Existem prazos para desenvolver e revisar um IFSP, prestar serviços e para sua criança deixar os serviços. Estes prazos e etapas estão descritos nos Padrões Operacionais de Intervenção Precoce. Veja o link na página inicial ou ligue para o DPH para obter uma cópia. Os pais têm o direito de ter serviços de seu IFSP prestados no prazo adequado (em até 30 dias do consentimento ou do IFSP).

Pagamento pelos serviços – Mass Health e a maioria dos convênios médicos pagam pelos serviços de Intervenção Precoce. O DPH paga por qualquer parte não coberta pelo convênio médico (participações) e por crianças que não tenham convênios médicos. O programa pedirá o seu consentimento para pedir o pagamento dos serviços ao seu convênio médico. Algumas famílias têm uma taxa a pagar quando os serviços do IFSP começam. A taxa é determinada quando o primeiro IFSP é escrito e a cada ano seguinte. O valor da taxa é determinado com base no tamanho da família e na renda. Existe um formulário para ser preenchido caso você não possa pagar a taxa. Nenhuma família terá o serviço negado por não ser capaz de pagar a taxa. A coordenação do serviço, as garantias de procedimento, entrevista/avaliação, desenvolvimento de IFSP e revisões são oferecidos sem nenhum custo para a família. Os serviços de IFSP, incluindo visitas domiciliares, grupos de crianças, visitas ao centro etc. estão sujeitas a taxas.

Revisão dos registros de sua criança – Exame dos registros

Se ambos os pais têm custódia legal dos filhos, ambos têm direito de ver o que consta dos registros de suas crianças, mesmo se os pais estiverem separados, divorciados ou não forem casados. Os pais que não tiverem custódia legal podem ver o que consta dos registros, a menos que exista uma ordem legal, um acordo de custódia ou outro documento legal que não permita que um pai veja o que consta dos registros da criança, ou tome decisões sobre os serviços de Intervenção Precoce da criança.

Você, ou alguém que você determine, pode ver os registros da criança e pedir uma explicação sobre o conteúdo. Os programas de Intervenção Precoce podem cobrar uma taxa razoável para copiar os registros, a menos que o custo impossibilite que uma família veja os registros. Se houver informações no registro com as quais você não concorda, que você considere que não está correta ou que viole a privacidade da criança, você pode pedir que as informações sejam alteradas ou removidas. Se o programa não concordar com você, eles precisam notificá-lo por escrito em até 30 dias sobre porque não concordam e precisam explicar seu direito de pedir uma audiência. Se você pedir uma audiência, um oficial emitirá uma decisão por escrito sobre a discordância em até 60 dias corridos. Você também pode incluir sua própria declaração sobre as informações e tê-la incluída nos registros da criança. O programa precisa mandar uma declaração com a parte do registro com a qual você não concorda, se você der consentimento para a liberação das informações dos registros da criança.

Se você pedir para ver os registros da criança, o programa precisa dar a você, em até 5 dias, uma lista dos registros que têm e onde se encontram. O programa precisa permitir que você veja os registros de sua criança em até 10 dias da sua solicitação (5 dias se a solicitação for para uma reunião de IFSP ou para uma audiência de devido processo). Os programas de Intervenção Precoce precisam manter os registros de qualquer pessoa que tenha visto os registros de sua criança, incluindo o nome da pessoa, a data e a razão para ver os registros. O programa também manterá uma lista de todos os registros que foram liberados e para quem foram liberados.

Cada programa precisa manter uma lista da equipe que tem acesso às informações. Esta equipe precisa receber treinamento sobre as normas de sigilo da Lei de Educação de Indivíduos com Incapacidades (IDEA) e da Lei de Privacidade e Direitos de Educação Familiar (FERPA).

Quando você discordar ou tiver uma reclamação – Resolução de disputas, Mediação, Audiências de devido processo

Se você tiver uma preocupação ou uma questão, informe o programa de Intervenção Precoce assim que possível. Algumas vezes, os pais e a equipe de Intervenção Precoce têm idéias diferentes sobre a experiência de Intervenção Precoce da criança. Fale com outros membros de sua equipe de IFSP, seu coordenador de serviço ou o diretor do programa de Intervenção Precoce. Os pais podem solicitar uma reunião do IFSP a qualquer hora para revisar o IFSP, e para falar sobre o que está funcionando bem e o que precisa mudar. A conversa aberta pode resolver a maioria das discordâncias.

Se você tiver uma reclamação sobre os serviços ou o programa de Intervenção Precoce, existem formas para considerar suas preocupações. Se você quiser mais informações sobre seus direitos de família, deixe uma mensagem para Mary Colorusso no telefone do Projeto Liderança de Pais (877-353-4757). Deixe seu nome, telefone, idioma falado e um horário para chamá-lo nas próximas 24 horas. Uma pessoa da equipe do Departamento providenciará um tradutor para a chamada de volta. Há diversas formas externas ao programa de Intervenção Precoce para abordar as preocupações dos pais. Um pai pode usar uma ou mais destas opções se sua preocupação não puder ser resolvida junto ao programa de Intervenção Precoce.

Apresentando uma reclamação: Um pai, pessoa ou organização pode apresentar uma reclamação se considerar que o programa violou os direitos de uma criança ou da família. Por exemplo, um pai pode apresentar uma reclamação se um programa de Intervenção Precoce não estiver prestando os serviços listados no IFSP, se as alterações nos serviços foram feitas sem consentimento informado, se um programa não cumprir prazos ou se os avisos, consentimentos ou liberações não forem fornecidos. Uma reclamação precisa ser apresentada em até um ano a partir da data quando a suposta violação ocorrer; contudo, este prazo pode ser ampliado por certas razões.

Uma reclamação pode ser apresentada contra um programa de Intervenção Precoce, um Prestador de Serviços Especializados ou contra o DPH. A reclamação precisa ser feita por escrito, assinada e enviada ao DPH. O DPH investiga todas as reclamações de supostas violações da IDEA. Um relatório é enviado à pessoa ou organização que apresentou a reclamação e ao programa em até 60 dias corridos a partir de quando o DPH recebe a reclamação por escrito, a menos que existam razões para ampliar o prazo. O relatório inclui as razões e conclusões do DPH sobre cada suposta violação.

Se um pai apresenta uma reclamação e pede uma audiência de devido processo ao mesmo tempo, o DPH só pode investigar as questões que não são parte da audiência de devido processo. Um oficial de audiência decidirá as questões que são parte da audiência de devido processo. A questão não pode ser parte de uma reclamação futura apresentada pelo mesmo pai. O DPH enviará um relatório para a pessoa que apresentou a reclamação em até 60 dias de calendário.

Mediação: A mediação é um processo voluntário, informal que pode ajudar a resolver discordâncias entre pais e o programa de Intervenção Precoce. Os pais ou o programa podem pedir mediação quando houver opiniões ou visões diferentes sobre a experiência de Intervenção Precoce da criança. Os pais e a equipe de Intervenção Precoce se reúnem com uma pessoa imparcial (o mediador), que é treinado em mediação e educação especial. O mediador não trabalha para nenhum órgão ou programa que presta serviços de Intervenção Precoce. Ele não toma partido de nenhuma parte envolvida e não toma nenhuma decisão sobre a discordância. O mediador trabalhará com os pais e o programa de Intervenção Precoce para conversar sobre a questão, desenvolver novas idéias e ajudar a criar os próprios acordos. Se houver um acordo em uma questão, será escrito em um acordo de mediação. Os pais e o programa de Intervenção Precoce receberão uma cópia. Se não houver acordo, as duas partes podem continuar a trabalhar juntas ou pedir uma audiência de devido processo.

A mediação é confidencial. A discussão que acontece durante a reunião de mediação não pode ser usada como evidência em uma audiência de devido processo ou em um procedimento civil. A mediação é gratuita. O DPH providenciará o mediador. O mediador programará a mediação em até 14 dias corridos, em um horário e local conveniente tanto para os pais como para o programa de Intervenção Precoce.

Uma solicitação de mediação precisa ser feita por escrito ao Departamento. Todo serviço para o qual um pai deu consentimento em um IFSP será prestado durante esse tempo. A mediação não atrasará o direito de um pai a uma audiência de devido processo ou aos prazos de audiência.

Audiência de devido processo: Uma audiência de devido processo é um processo formal onde uma pessoa imparcial (um oficial de audiência) toma uma decisão sobre uma discordância. O DPH providencia o oficial de audiência gratuitamente. Um pai pode pedir uma audiência se discordar do programa sobre a qualificação de sua criança, entrevista, tipos ou quantidade de serviços oferecidos, ou se houver algo nos registros da criança que o pai acredite que seja incorreto, enganoso, ou que viole de alguma forma a privacidade da criança ou da família. O oficial de audiência tomará uma decisão com base no depoimento das testemunhas e na evidência. Os pais têm direito a um advogado ou a qualquer outra pessoa na audiência. O DPH fornecerá aos pais uma lista de advogados gratuitos ou de baixo custo.

Todo serviço que tiver sido acordado por escrito será prestado durante o processo de audiência. O oficial enviará uma decisão por escrito em até 30 dias corridos a partir da data em que o DPH receber a solicitação por escrito de uma audiência. Se você não concordar com a decisão do oficial de audiência, pode apelar nos tribunais estaduais ou federais.

Se você tiver perguntas sobre seus direitos que a equipe de Intervenção Precoce não possa responder, pode ligar para Mary Colorusso, diretora do Setor de Direitos de Família e Devido Processo. Deixe uma mensagem com seu nome, telefone, idioma falado e um horário para ligar de volta nas próximas 24 horas no telefone do Projeto Liderança de Pais (877-353-4757). Uma pessoa da equipe do Departamento providenciará um tradutor para a chamada de volta.